

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME L • 2011

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

MOORE, Tom e ARMADA, Xosé-Lois (eds.) (2011). *Atlantic Europe in the First Millennium BC: Crossing the divide*. Oxford University Press. Oxford. xxvii + 690 pp. ISBN: 978-0-19-956795-9.

O livro conduz o leitor à Europa Atlântica do I milénio a.C., aqui definida pelos editores como os territórios correspondentes à Irlanda, Inglaterra, França, Espanha e Portugal. O leitor sente-se confortável e seguro nessa viagem pela sintonia perfeita que encontra entre a forma e a substância de uma obra merecedora de indiscutível lugar nas bibliotecas universitárias, centros de investigação e institutos especializados. Investigadores e estudantes têm ao seu dispor atualizada e multifacetada síntese sobre algumas das principais problemáticas e linhas de investigação que, local, regional ou transversalmente, constituem o cerne da atual construção de conhecimento sobre o milénio que antecedeu a nossa era.

Como objecto, é um livro consistente, de capa dura, bem executado, que suporta devidamente as 690 páginas que lhe dão corpo. Em termos gráficos, é igualmente adequado, desde o formato e *layout*, aos capítulos profusamente ilustrados, é certo a preto e branco, com mapas, gráficos, quadros e um total de 141 fotografias e desenhos. A cor reservou-se à capa, brilhante, convenientemente verde e algo sombria, como o Atlântico se nos oferece, e nela figura imagem do castro de Cabo Blanco, nas Astúrias.

A edição, suportada pela prestigiada Oxford University Press, tem como editores os conceituados investigadores Tom Moore, da Universidade de Durham, e Xosé-Lois Armada, do Incipit/Conselho Superior de Investigações Científicas (Santiago de Compostela), que coordenaram, eficazmente, os contributos de 51 investigadores, entre seniores e jovens, de distintas nacionalidades e instituições (Inglaterra, França, Bélgica, Espanha, Portugal, Irlanda, Estados Unidos, entre universidades, institutos de investigação, museus, arqueologia de contrato, etc.).

No breve mas elucidativo prefácio assinado pelos editores, fica o leitor ciente do *como* e do *porquê* deste livro. A ideia decorreu do colóquio realizado em Novembro de 2007 na Universidade de Durham, com organização do respetivo Departamento de Arqueologia e apoiado pela Academia Britânica. Se é certo que o livro não corresponde às atas do referido encontro, pois nele não figuram alguns dos contributos então apresentados, tal como são agora incorporados outros, não

deixa de refletir o que se passou no colóquio, seja na estruturação e organização, seja na esmagadora maioria das prestações e discussão havidas, as quais têm eco em muitos dos textos.

Esse colóquio procurou refletir sobre a disparidade da investigação do I milénio a.C. desenvolvida em diversos países europeus, nomeadamente em termos teóricos e metodológicos. Nessa análise, constatam os editores que a Inglaterra surge isolada, relativamente aos demais países, a dois níveis. Por um lado, por nela serem populares temáticas como etnicidade, identidade ou agência, bastante mais raras e até distintas das que dominam em França, na Península Ibérica e em outros países. Por outro lado, e embora com um isolamento relativo, tanto a Inglaterra como a Península Ibérica têm estado divorciadas da investigação desenvolvida com perspectivas mais abrangentes e globalizantes que se concentram sobretudo na Europa Central. De certa forma, poderíamos dizer que se faz sentir aí o peso da “Velha Europa” sobre a fragmentação geográfica das periferias insulares e peninsular.

Não pretenderam os coordenadores que esta obra refletisse um determinado paradigma teórico ou oferecesse uma narrativa coerente e singular. Pelo contrário, providenciaram, com as presenças e convites que endereçaram, o desenvolvimento de um cruzar de ideias com perspectivas plurais, heterogéneo nas metodologias, nas abordagens teóricas, na comparação entre distintas regiões, na fragmentação da investigação. E conseguiram-no com este livro.

Daquele diálogo plural, ou, tão só, no confronto de opiniões, dão conta testemunhos tão diversos nas temáticas, metodologias e paradigmas, como os propostos, por exemplo e entre outros, por William Meyer e Carole Crumley para os estudos da paisagem ao reintroduzirem, numa perspectiva crítica aos modelos adaptativos, a ecologia histórica, que aplicam à paisagem hallstática do sul da Borgonha; por Hill ou Inés Sastre que não acreditam nas perspectivas monolíticas de “sociedades triangulares” na Idade do Ferro, i.e. de hierarquização controlada por elites guerreiras; por Dimitri Mathiot que aborda o povoamento rural do NW da Gália numa interessante perspectiva generacional e casando os velhos contributos de Roger Agache sobre as “quintas indígenas” com os novos que a arqueologia preventiva tem revelado; por Rachel Pope e Ian Ralston lembrando que itens de status deverão representar mais o grupo do que a identidade individual; por Ian Armit sobre o que considera o mito das cabeças cortadas como produto da cosmologia pan-céltica; ou ainda por Richard Hingley na sua crítica atitude sobre o lugar das fontes clássicas na definição do carácter das populações pré-romanas.

No total, são em número de 33 os contributos insertos neste livro, que se encontra organizado em cinco capítulos principais: *Landscape Studies*; *The Social Modelling of Late Bronze Age and Iron Age Societies*; *Continuity and Change*; *Rhythms of Life and Death*; *Exploring European Research Traditions*. Cada capítulo é encabeçado por um texto que providencia um panorama geral sobre o respectivo tema, ao qual se sucedem os demais contributos, em regra com *case studies* ou análises particulares. Como aspeto menos positivo, refira-se a não inclusão de resumos dos diversos textos, o que ajudaria o leitor a orientar-se perante uma oferta tão rica e diversa.

Aqueles cinco capítulos são antecidos por um longuíssimo texto que formalmente corresponde ao capítulo I, assinado pelos coordenadores da obra. Intitulado *Crossing the Divide: Opening a Dialogue on Approaches to Western European First Millennium BC Studies*, nele aprofundam e desenvolvem um conjunto de considerações sobre diversos processos e tradições arqueológicas da investigação sobre o I milénio a.C., nomeadamente nas esferas de influência dos discursos académicos, e a forma como têm atuado nos países europeus, dividindo ou convergindo, em concreto ao nível dos distintos paradigmas teóricos — que consideram a grande divisão nos estudos do Bronze e do Ferro —, das diferentes agendas nacionais, ou da própria investigação focando preferencialmente escalas locais e regionais. Ressalta, por exemplo, como foi sublinhado, o tratamento privilegiado dado pelos investigadores britânicos a temas como a etnicidade ou a identidade, cuja ressonância entre os continentais é francamente mais reduzida.

A discussão da definição do que é, ou pode ser, a Europa atlântica não é esquecida, seja na sua abrangência geográfica, seja na do sentido cultural, que preterem em favor daquela. Por isso só assim se percebe que tenham incluído nessa Europa atlântica as franjas meridionais e mediterrâneas da Península Ibérica que, no I milénio a.C., sem deixarem de incorporar manifestações culturais atlânticas, estas lhe são manifestamente secundárias, marginais ou pontuais.

As cronologias, ou melhor, as periodizações, não são ignoradas nem os fundamentos e natureza que as suportam, sendo certo que não pode haver convergência possível entre posições que advogam, por exemplo, uma perspectiva integrada do Bronze Final e Idade do Ferro, as que olham para a fase final desta última como uma decapitação por parte do Império Romano, ou as que, refletindo de algum modo genuína mentalidade indo-europeia, advogam compartimentações ente um ‘antigo’, um ‘médio’ e um ‘final’. Sem dúvida que as cronologias assentam num lastro de ambiguidade e que, para além delas, ou com elas, prevalecem as temporalidades que podem tornar passado e presente num só. Seja como for, os estudos incertos neste volume cobrem, de facto, todo o milénio, uns focalizados na curta duração, outros privilegiando as diacronias, uns perspectivando-se na macro-escala, outros detendo-se em casos de estudo particulares. Lembra-se ainda que o passado, em concreto esse passado do I milénio a.C., é particularmente permissível à sua manipulação para legitimar agendas políticas do presente, não raro de sentidos contrários, como foram a campanha da Idade do Bronze, em 1993, ou a exposição sobre os Celtas – A Primeira Europa, em 1991. Igualmente interessantes são as considerações sobre a incidência dos contributos do livro em termos geográficos, verificando-se, no caso da Península Ibérica, uma fragmentação que os autores atribuem, nomeadamente e para o caso espanhol, ao papel dos governos regionais ancorados em políticas próprias. Mas o fenómeno é, sem dúvida, abrangente, sendo poucos os autores que ousam infletir por perspectivas transnacionais, predominando antes os modelos de cariz local e regional. A leitura do mapa (Fig. 1.9, p. 24) que suporta estas observações revela ainda um sintomático vazio na maior parte da França atlântica, refletindo resistências, por um lado, e o indelével e condicionante peso de paradigmas e da tradição historiográfica, por outro.

Se a grande divisão nos estudos da Europa do I milénio a.C. se verifica ao nível dos distintos paradigmas teóricos, a convergência ressalta pela via das técnicas e metodologias utilizadas, nomeadamente nos estudos sobre territórios e paisagens. Ainda assim, são múltiplas as possibilidades de abordagem, variando entre os estudos ambientais de base analítica, o recurso a técnicas geofísicas e de SIG (por exemplo, o que Celestino Pérez e equipa aplicam ao estudo das estelas de guerreiro), os estudos de visibilidade, a imprescindível fenomenologia, a integração da cultura material, o simbolismo do espaço, etc., conforme revelam os sete textos que dão corpo ao capítulo *Landscape Studies*. A abri-lo, confrontamo-nos com um qualificado e lúcido texto, como é habitual nos que Gonzalo Ruiz-Zapatero subscreve. Identificando e caracterizando os aspectos maiores e menores relativos à produção e, não menos importante, às condições de produção, da prática e construção do conhecimento do I milénio a.C. na Europa, desenvolve uma completíssima análise, apoiada em atualizadíssima bibliografia. Neste capítulo, permito-me destacar, para além do texto de enquadramento, o de Sande Lemos e colaboradores, por ser o único em todo o livro — o que é sem dúvida sintomático —, de investigadores portugueses; nele e de acordo com diversas vertentes, são percorridas as paisagens sidéricas do NW do território português.

Num outro prisma, o capítulo seguinte detém-se na procura dos *Modelos sociais subjacentes às comunidades do Bronze Final e Idade do Ferro* e é, por ventura, o que reúne maior controvérsia. O mote é lançado por John Collis, recuperando textos dos anos noventa em que reagiu a posições, prevalentes na época e ainda hoje tão difundidas, tendentes a homogeneizar e condensar informação de diferentes tempos e lugares, de que ressalta o paradigma idealista de uma “sociedade celta” e que ele designa ironicamente como “celtas modernos”. O confronto de textos como este, ou os de J. Hill e de Sastre com o de Raimund Karl, todos insertos nesta secção, ajudam o leitor a compreender que metodologias, premissas, escolas e distintos paradigmas podem sobrepor-se à só aparente condição de que os dados são inócuos. Eram as sociedades da Idade do Ferro hierarquizadas, estatais, com chefes, reis e guerreiros como classe social, ou segmentárias, com camponeses que só “lutam ocasionalmente”, como preconiza Hill? Serão o rectângulo ou o tronco de cone mais adequados que o triângulo para esquematizarem as sociedades da Idade do Ferro? O reconhecimento, por Sastre de que a recente investigação arqueológica demonstrou a diversidade de estruturas sociais na Idade do Ferro europeia, ou o de Hill de que algumas sociedades podem ajustar-se ao clássico modelo triangular, respondem às questões: modelos sociais únicos são redutores. Questões e respostas que também contemplam, numa outra perspectiva, o papel independente e individual da produção enquanto organização básica das sociedades do I milénio a.C. na linha de modelos operacionais do tipo “Modo de Produção Germânico” como alternativa aos que valorizam a estratificação militar e a guerra como elementos fundamentais. A diversidade das formas e dos ritmos de transformação admitem ainda, face às abordagens que se pautam por perspectivas evolucionistas e lineares radicadas no neoevolucionismo americano, alternativas como as que Francisco González García, Parcero-Oubiña e Xurxo Ayán reconhecem na argumentação de Pierre Clastres, que

recuperam, sobre sociedades primitivas e estado, ou sociedades “em oposição ao estado”, em que o papel da guerra como factor de produção social, de reputação e de prestígio, é considerado estruturante.

Num outro registo correspondente ao capítulo IV, destacam-se seis narrativas que exploram a *Continuidade e a Mudança*, algumas das quais valorizam elementos exógenos, como o Mediterrâneo, o papel de Roma, ou o factor climático. No rastreio da continuidade e da mudança, o estudo dos artefactos é recorrente, seja no estabelecimento de cronologias, seja na presunção da identificação de etnias. Mas o leque pode abrir-se a outras dimensões, como a que Barbara Armbruster nos oferece no texto introdutório, em que explora, numa perspectiva interdisciplinar de base teórico-metodológica (ciência dos materiais, arqueometria, fontes históricas e iconográficas, etnoarqueologia, arqueologia experimental), as transformações tecnológicas e culturais do trabalho do ouro do Bronze Final e Idade do Ferro na Península Ibérica, demonstrando como a tecnologia (não a técnica) pode constituir um instrumento fundamental de pesquisa e entendimento do próprio devir histórico. Outros textos, com outras abordagens, levam-nos à Andaluzia, Astúrias, Irlanda e Inglaterra. Entre eles encontra-se o interessantíssimo contributo de Jody Joy sobre os túmulos britânicos com espelhos, revelador de que estes, muito para além de constituírem belos e únicos exemplares de arte céltica, parecem ter sido elementos fundamentais na criação de identidade no final da Idade do Ferro britânica.

Na parte V foram reunidos outros seis textos que versam sobre os *Ritmos de Vida e de Morte*, os quais não são apenas analisados de forma dicotómica, mas sublinham também o papel ativo que os mortos podem desempenhar nas esferas sociais dos vivos. Bem expressivo dessa relação é o cativante texto de Garcia Sanjuán sobre as estelas de guerreiro, no qual, sem se desvalorizar a pertinência das abordagens iconográficas de *per se*, advoga-se, e demonstra-se, a absoluta necessidade de inclusão de análises contextuais de natureza espacial e diacrónica, imprescindíveis para se entenderem também atitudes censórias e de “contra-memória” que determinadas estelas encerram. Num livro que procura cruzar ou atravessar o que está dividido, é de toda a oportunidade e não menos deliciosa leitura o texto sobre a biografia cultural de barcos, assinado por Van de Noort, revelador de que os barcos do I milénio a.C. também parecem ter sido intencional e ritualmente destruídos em lugares de particular significado.

Na VI e última parte não foi esquecido o valor da historiografia e o papel das tradições da investigação como factores de entendimento da formação, transformação ou manutenção do conhecimento arqueológico. Sem dúvida que este aspecto pesa particularmente a propósito da visão crítica da desconstrução de modelos celtas, como revela o capítulo de abertura, assinado por Hingley, a que já se fez referência.

Na impossibilidade, por uma questão de espaço, de comentar todos os contributos reunidos no livro — todos eles de grande interesse e atualidade —, e sem prejuízo de relativa injustiça na seleção efetuada, espera-se que tenha sido cumprido o objectivo último de uma qualquer recensão: dar a conhecer um novo livro, motivar a sua leitura.

O livro cumpre na íntegra as expectativas criadas desde a altura da realização do colóquio que esteve na sua génese. Definitivamente, e em síntese, um livro imprescindível a investigadores e estudantes que se debruçam sobre o I milénio a.C. do mundo atlântico. Mas espera-se, e subscreve-se igualmente, que, com ele e conforme desejo dos editores, se incentive o diálogo entre os estudos do I milénio a.C. na Europa. De algum modo, portanto, um livro a ter continuidade.

(Uma versão em castelhano desta recensão foi publicada na *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 22, 2012, pp. 251-254).

Raquel Vilaça.